

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

DESTAQUES IPADES

Junho 2015

É SÓ O AJUSTE FISCAL?

Os descontroles da política econômica pautados na “nova matriz econômica” que o governo brasileiro adotou a partir da crise financeira internacional de 2008 levaram o Brasil a ter que se submeter a um ajuste fiscal para recolocar a economia no rumo certo, a partir deste ano de 2015.

Esse descontrole foi intensificado durante o primeiro mandato da Dilma (2011-2014) no qual o PIB, a Produtividade Total dos Fatores (PTF) e a disponibilidade do fator trabalho tiveram queda acentuada.

Esse quadro revela que a tarefa de retomar o crescimento da economia brasileira é extremamente desafiadora. Apenas corrigir os desequilíbrios macroeconômicos via ajuste fiscal não irá resolver os graves problemas estruturais da economia brasileira. A limitação do fator trabalho e o baixo crescimento da PTF requerem uma agenda ampla de aumento da produtividade da economia. Esta agenda passa por ações que abrangem a qualificação do capital humano, o aumento do investimento e a melhora do ambiente de negócio.

O ajuste fiscal objetiva recuperar a sustentabilidade da dívida pública e contribuir para a convergência da inflação para o centro da meta e para o equilíbrio das contas externas. Enquanto esta etapa de ajuste da economia se processa, o tema do crescimento econômico sustentado ocupa um papel secundário na discussão econômica corrente. Superar essa “contradição” requer por parte do líder político

equilíbrio, determinação e postura de estadista, ou seja, é incompatível com o líder populista.

Isto porque embora o ajuste fiscal seja importante para restabelecer o equilíbrio macroeconômico no curto prazo, apenas o crescimento sustentado é capaz de gerar renda e emprego para resolver os graves problemas sociais.

Infelizmente, essa agenda de crescimento de longo prazo está, no atual momento brasileiro, incompreensivelmente esquecido, condenando a economia a baixas taxas de crescimento no futuro.

A sociedade brasileira precisa se espelhar no atual exemplo da Grécia, ou seja, políticas populistas, doces no presente têm um gosto muito amargo no futuro, e mais que isso, compromete gerações.

LOGÍSTICA DE TRANSPORTE NO NORTE DO BRASIL

O Brasil tem que colocar os portos da região Norte como terminais da crescente produção agropecuária do Centro-Oeste para que o produtor se beneficie com menor frete do modal hidro-ferroviário, e os produtos exportados cheguem com menor custo na Ásia e em Rotterdam na Holanda.

Da produção nacional de soja e milho 56% é produzida, acima do paralelo 16, ou seja, nos estados de Mato Grosso, Tocantins, Sudoeste da Bahia, Sudoeste do Piauí, Sul do Maranhão e Sudeste do Pará. Hoje a maior parte dessa produção é escoada de caminhão até os portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR).

Com a nova logística esse fluxo será invertido e modificado. Chegará aos portos de Itaqui em São Luís (MA) e Barcarena em Belém (PA) pelas ferrovias Norte-Sul e Carajás, e também por um ramal ferroviário no estado do Pará, a ser construído interligando-se à ferrovia Norte-Sul. Entram nessa nova logística os terminais: marítimo de Cotegipe, em Salvador (BA), fluviais de Itacoatiara no Amazonas e Santarém no Pará.

Acrescente-se o uso da hidrovia Araguaia-Tocantins, para o transporte de grandes balsas graneleiras, o qual depende das comportas na hidrelétrica de Tucuruí, já

instaladas, e do desmonte do pedral do Lourenço ainda sem previsão da obra ser iniciada, ambas no estado do Pará.

Quem será fortemente beneficiado por essa logística é a nova fronteira de desenvolvimento dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, cuja região produtora de grãos – principalmente soja e milho – é conhecida oficialmente como MATOPIBA. O reconhecimento veio através da criação de uma agência de desenvolvimento para esses quatro estados, delineando esse polo produtivo através do Decreto nº 8.447, de 06.05.2015. Nos respectivos estados essa agência delinea os municípios que fazem parte do MATOPIBA, eles são: 135 no Maranhão, 139 no Tocantins, 33 no Piauí e 30 na Bahia.

O notável aparecimento do MATOPIBA no mapa do agronegócio nacional parte da visão empreendedora do produtor brasileiro. Ele observa a disponibilidade de terras a um preço menor, solos com boas características físicas e topográficas e clima regular. Além dessas vantagens agregue-se a tecnologia avançada e disponível para esse bioma e para o cultivo de grãos.

FITOSSANIDADE E ECONOMIA AGRÍCOLA

A Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária (SBDA) registra 150 pragas quarentenárias com grande potencial de entrada no Brasil. Algumas delas possuem chances de impactar as lavouras brasileiras: pulgão-da-soja, necrose letal do milho, monilíase do cacaueteiro, amarelecimento letal do coqueiro, estriga e ácaro chileno das fruteiras.

Esse alerta é potencial, porém real tem-se dano anual na agricultura mundial da ordem de US\$ 250 bilhões devidos às pragas e doenças introduzidas nos cultivos em função da intensificação dos fluxos comerciais.

No Brasil, a ferrugem asiática, doença que ataca a soja tem causado prejuízos que evoluíram de US\$ 177 milhões, na safra 2001/02, para US\$ 2,38 bilhões, na safra 2007/08. As compras de fungicidas para ser combatida movimentam um terço do mercado brasileiro de defensivos agrícolas, considerado o maior do mundo, com cerca de US\$ 11 bilhões em 2013.

Dados da Embrapa e da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq), da Universidade de São Paulo apontam perdas anuais de produção causadas por insetos, de 7,1% no início da década de 2000, que representam prejuízos de US\$ 2,2 bilhões para a renda agrícola.

Estima-se que problemas fitossanitários causem perdas anuais de US\$ 12 bilhões para a economia agrícola brasileira, dos quais US\$ 1,6 bilhão é decorrente de pragas quarentenárias. Desde o final do século XIX foram registradas 24 espécies de pragas introduzidas no Brasil, com destaque a ferrugem e a broca-do-café, a mosca-do-mediterrâneo e o bicudo-do-algodoeiro

Mesmo com esforços recentes feitos em melhorar a defesa agropecuária no Brasil com a instalação de agências estaduais, o quadro é preocupante. Em nível federal, o Decreto nº 24.114 de 1934 é a base da política fitossanitária nacional, necessita, pois de urgente revisão, por estar desconectado, em vários aspectos, da realidade da agricultura nacional, na segunda década do século XXI. Essa atualização deve começar pela convergência de ações da Embrapa e de outros órgãos junto à defesa agropecuária em um ambiente de coordenação nacional.

No âmbito mundial, a defesa agropecuária está estruturada pela Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIPV), com 181 países signatários. Seu objetivo é proteger as plantas nativas e cultivadas por meio da prevenção da introdução de pragas. Em nível regional existe o Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul (COSAVE), com a finalidade de harmonizar procedimentos e definir políticas regionais de modo a fortalecer os princípios do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS), da Organização Mundial de Comércio (OMC).

PENSAR E PLANEJAR O DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento entrou na agenda da economia e dos países após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O Plano Marshall, programa de recuperação europeia lançado em 1947, pelo secretário de estado norte-americano George C. Marshall, com o objetivo de reconstruir, com ajuda financeira dos Estados Unidos, a economia da Europa Ocidental arruinada pela guerra pode ser visto como o pontapé inicial.

A complexidade cada vez maior das sociedades, da economia, e a necessidade de manter-se o desenvolvimento sustentável implicam na necessidade de se pensar e planejar o desenvolvimento. Para tanto, o conhecimento multidisciplinar hoje existente.

Foque-se o segmento do agronegócio brasileiro. Ele tem demonstrado, desde a década de 1980, uma capacidade extraordinária de aumento da produtividade e da competitividade que faz do Brasil um *player* mundial desse segmento, fruto da tecnologia e do empreendedorismo do produtor brasileiro. Mas, para manter e até melhorar essa posição, o Pensar e o Planejar esse segmento, é uma ferramenta importante para a consecução desse objetivo.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) lança em 2015 o *Think Thank* do Agronegócio que tem como proposta central a constituição de um núcleo permanente de estudos direcionados para a agenda das cadeias produtivas do setor. Dois temas foram escolhidos: comércio internacional e agronegócio do Brasil; Amazônia – propostas para exploração agrícola sustentável, matriz energética, recursos hídricos e modelos de desenvolvimento sustentado das cadeias produtivas. Dois grupos já estão atuando: um sobre comércio internacional com ênfase nas relações com a China; e um sobre desenvolvimento de agricultura sustentável com foco na Amazônia.

Além da FGV, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) possui uma área chamada Agropensa que trabalha com estudos e projetos que pensão o agronegócio brasileiro. A Frente Parlamentar da Agropecuária tem um *think thank*, o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), bancado por instituições ligadas ao agronegócio no Brasil para formular propostas que possam ser acolhidas no parlamento.

No Pará está se formando o Pará Sustentável: o foco no agronegócio. Organizado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Agropecuário e Florestal da Amazônia (FUNAGRI), com o objetivo de obter apoio institucional e patrocínio financeiro para pensar e planejar o desenvolvimento do agronegócio de forma sustentável no estado. A equipe de coordenação é formada pelos seguintes profissionais: Alfredo K. O. Homma, Dilson A. Capucho Frazão, Emeleocípio B. Andrade, Francisco B. C. Barbosa e Jair C. Santos.